

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

ATA DA XXXI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA ESEC TAMOIOS 08 de abril de 2015

Às 14 horas e 15 minutos do dia 08 de abril de 2015 deu-se início à XXXI Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da ESEC Tamoios, na sede administrativa da UC. Compareceram à reunião os seguintes conselheiros: José Carlos Pedrosa (APEPAD); Carlos Pompei (ATSCV); 2º Tenente Marcelo Batista Ezequiel (representando a Delegacia da Capitania dos Portos de Angra dos Reis/MB); Nadine Castro Paixão (Secretaria de Meio Ambiente de Angra dos Reis); João Pedro Garcia Araújo (Eletronuclear); Joel C. Creed (UERJ) e seu suplente Marcos Bastos; Mauricio Carmo Oliveira (Transpetro); Márcio de Alvarenga Oliveira (Colônia Z-18 de Paraty); Sílvio Pacheco dos Santos (Secretaria de Pesca da Prefeitura Municipal de Paraty); João Luiz Vilela Victal (Projeto BEMAR); Eliel Pereira de Souza (APA Cairuçu/ICMBIO); Vinícius M. Ramos (APA Tamoios/INEA); Nilton de Oliveira (AMOT) e seu suplente, Aldo de Bulhões Lara; Marcelo Lacerda (representando a Secretaria de Pesca de Angra dos Reis); Tiago Oliveira Menezes (FIPERJ) e Régis Pinto de Lima (ESEC Tamoios/ICMBio) e seu suplente, Eduardo Godoy Aires de Souza.

Presentes também os convidados: Roberto Vizentim (Presidente do ICMBio); Andréa de Nóbrega Ribeiro (Coordenadora Regional - CR-8/ICMBio); Carlos José Gama Miranda (Prefeito de Paraty); Luciano Vidal (Presidente da Câmara de Vereadores de Paraty); Valdir Siqueira (CONSIG); Edilson B. Soares (APEPAD); Luciana Gomes de Araújo (UNICAMP); Ana Carolina Esteves Dias (UNICAMP); Karin Braune (Transpetro); Flávio M. M. Paim (APA Cairuçu/ICMBio); Rita de Cassia S. de Souza (SMA/PMAR); Felipe de Botton (Blitz Design); Bia Betim (Blitz Design); Emétrio Americo Lima (Ilha Rasa); José Carlos C. Freire (Ilha do Catimbau); Jorge Martins (Câmara de Paraty); Matheus da Silva Vidal (Assesssor do VereadorVidal); Bruno Gueiros (APA Cairuçu/ ICMBio); Mariana Belmont (Mosaico Bocaina); Felipe Spina Avino (Mosaico Bocaina); José Truda Palazzo Jr. (Instituto Augusto Carneiro/Divers for Sharks); Adriana Gomes (ESEC Tamoios/ICMBio); Graziela Moraes Barros (ESEC Tamoios/ICMBio); José Geraldo de Oliveira; Antonio do Carmo de Oliveira; Luiz Paulo Peres; Ezequiel Batista dos Santos; Oliveiro Queiraldo Vaz; Edvaldo da Fonseca; Elton Nazario; Rivaldo de Bulhões Lara.

Justificaram ausência, o Procurador Dr. Felipe Bogado (MPF) e a Prof^a Maria Teresa Széchy (UFRJ).

O presidente do Conselho, Régis Lima, saudou os presentes, ressaltando e agradecendo a presença do Presidente e da Coordenadora Regional do ICMBio. Apresentou a pauta da reunião, qual seja: Apresentação do Relatório de Gestão da ESEC Tamoios – 2014; e Informes: Assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Pingo D'água (MPF/RJ, Empresa Pingo D'água, Prefeitura de Angra, ICMBio e INEA); TAC ICMBio, MPF e Pescadores artesanais de Tarituba/Paraty (Situação atual). Informou que inicialmente seria apresentado o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014, praxe seguida por este conselho em toda primeira reunião do ano. Foi feita uma rodada de apresentações e o analista ambiental da ESEC Tamoios/ICMBio Eduardo Godoy iniciou a apresentação do Relatório, formatado de acordo com os Programas descritos no Plano de Manejo da UC. No Programa de Operacionalização, foi apresentada a estrutura atual da UC, ressaltando que, com relação aos recursos financeiros, apesar das solicitações da UC, só foram disponibilizados dois mil reais de suprimento de fundos, para atender às emergências da unidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

Quanto aos recursos de compensação ambiental, foram executados apenas R\$ 4.118,00 (quatro mil cento e dezoito reais) em 2014. Informou que apenas a lancha de 26' ESEC Tamoios encontrava-se em condições de uso, graças ao apoio de manutenção da Eletronuclear. A lancha de 19´ encontravase parada por falta de manutenção e o único bote inflável da UC em estado inservível. As três viaturas terrestres encontravam-se operacionais, apesar da limitação de combustível. O alojamento atendeu à várias instituições de pesquisa, bem como em operações de fiscalização do PARNA Serra da Bocaina/ICMBio. Foram realizadas as três reuniões ordinárias do Conselho da UC, com expressiva participação na última, quando foi assinado os TACs com a Comunidade de Tarituba. Informou que a Agenda de Consolidação Territorial tem avançado, assim como a demarcação dos limites da UC nas Cartas Náuticas. Com relação ao Programa de Pesquisa e Monitoramento, em 2014 haviam 48 projetos de pesquisa com autorizações válidas na ESEC Tamoios. Destes, dezesseis eram pesquisas sobre a Mata Atlântica, doze sobre bentos, oito sobre necton; oito sobre a gestão da UC e os demais sobre plancton, geomorfologia, répteis e educação ambiental. Também foi apresentada a evolução no número de pesquisas na UC desde a implantação do SISBIO em 2007. Em referência ao Programa de Proteção e Manejo, foram apresentados os resultados do Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite e o número de autos de infração lavrados, sendo majoritariamente autos devido à pesca ilegal dentro da área da ESEC Tamoios. Os demais autos se deveram a fundeios e por obstar a fiscalização. Ressaltou-se a parceria iniciada com o IED-BIG no sentido de repovoar as áreas da UC com sementes de vieiras produzidas em laboratório. Foram liberadas na UC, 52.500 (cinquenta e duas mil e quinhentas) sementes no ano passado e, apesar da alta taxa de predação, pretende-se dar continuidade a este trabalho com melhorias nametodologia. Destacou-se a atuação da UC no combate à bio-invasão marinha, lembrando a sua participação na Oficina para Elaboração do Plano de Ação Nacional para Conservação dos Ambientes Coralíneos (PAN-CORAIS) e na Audiência Pública do MPF sobre Medidas de Ações no Controle da Bioinvasão provocada por Bioincrustração do Coral Sol. Destacou-se também o acompanhamento e atuação da UC na proposta de TAC da Ilha do Pingo d'Água, na proposta de TAC da FUNCEF/Vila Galé, no Projeto de Dispositivos Anti-Arrastos e no Licenciamento Ambiental Federal/IBAMA das Usinas Nucleares/CNAAA. Com referência ao Programa de Controle e Proteção Ambiental, a UC produziu quinze Informações Técnicas referentes à área da UC e sete Informações Técnicas referentes à sua zona de amortecimento com objetivo de subsidiar tecnicamente diversos processos administrativos e judiciais. Quanto ao Programa de Educação Ambiental, ressaltou-se o trabalho realizado com o apoio de voluntários, tanto na Sede e Trilha da ESEC quanto em campanhas na região. Quanto ao Programa de Integração Externa, foram relacionadas às reuniões de Conselhos (APA Tamoios; APA Cairucu; Mosaico Bocaina) e outras inter-institucionais em que a ESEC Tamoios participou. Para finalizar, foi apresentado o cronograma de atividades referente ao TAC com os pescadores de Tarituba, atividade esta não prevista no Plano de Manejo da UC.

Em seguida, o representante da UERJ (Professor Marcos Bastos) foi convidado a informar sobre o Projeto de Recuperação acordado pelo TAC do Pingo d'Água, referente à obrigação da Empresa Pingo d'Água Agrícola e Pesqueira S/A realizar o monitoramento das condições ambientais prévias e posteriores à demolição das construções erigidas em área da Estação Ecológica de Tamoios a qual foi condenada a executar: o muro de pedra, o aterro e pátio de concreto na parte insular e a passarela e enrocamento construídos sobre costão rochoso continental, em área marinha da ESEC Tamoios. Apesar de se tratar de uma Ação Civil Pública impetrada em 1990, a Deliberação CECA/CLF determinando o desfazimento das obras foi publicada em 2006 e a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio

ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

demolição iniciada em 2007 e consolidada em 2009. O TAC foi assinado em 2014. O Professor explicou que o Projeto de Recuperação tem quatro vertentes: (1) Pesquisa e Monitoramento focando espécies sentinelas e espécies bioindicadoras; (2) Projeto de Capacidade de Suporte da praia Pingo d'Água; (3) Utilização do Pier existente apenas para desembarque, com a condição que as embarcações fundeiem além do limite de um quilômetro da Ilha do Pingo d'Água; e (4) Sinalização dos limites da ESEC através de balizamento, com bóias de sinalização adaptadas com suporte para equipamentos oceanográficos específicos. Com relação ao projeto de recifes artificiais, apresentado pelo Analista Ambiental da ESEC Tamoios/ICMBio, o professor elogiou a iniciativa da ESEC Tamoios.

O Presidente do Conselho então solicitou que o Analista Ambiental apresentasse o próximo Informe referente à Destinação dos Recursos de Compensação Ambiental do PRÉ-SAL: Etapa 1. Este informou que a ESEC Tamoios vem participando deste processo de licenciamento desde 2011, quando foi solicitado à UC análise do EIA/RIMA deste empreendimento. Esclareceu que a UC Tamoios integra o Grupo de Trabalho para Acompanhamento de Condicionantes -GTAC, instituído pela CR-8 através da Portaria Nº 06, de 26.05.2013, referente ao licenciamento ambiental dos Projetos Integrados de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Pólo Pré-sal, Bacia de Santos - Etapa 1. Apresentou a modificação da área de influência deste empreendimento derivada das revisões do EIA/RIMA, motivadas pelas análises e manifestações da UC e do Mosaico Bocaina. Esclareceu que o empreendimento se refere à Produção e ESCOAMENTO de Petróleo e Gás Natural no Pólo Pré-Sal, da Bacia de Santos e por isso foi necessário que a PETROBRAS esclarecesse as Rotas de Escoamento Marítimo do Polo Pré-Sal (Relatório), onde ficou caracterizado a utilização do Terminal Maximiliano da Fonseca de Angra dos Reis (TEBIG) no escoamento da produção. Apresentou a Autorização Para Licenciamento Ambiental expedida pelo ICMBio que deixa claro quais são as Unidades de Conservação federais afetadas pelo empreendimento, dentre as quais, a Estação Ecológica de Tamoios. Lembrou que o § 3º do Art 36. da Lei do SNUC determina que "Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo". Informou que na 29a Reunião do Comitê de Compensação Ambiental Federal foi determinada a destinação do montante da Compensação Ambiental referente a Etapa 1 do Pré-Sal, sendo que do total de recursos (R\$ 57.701.582,50), (1) seis milhões foram destinados às UCs do Estado de São Paulo (APA Marinha do Litoral Centro e APA Marinhado Litoral Norte e à critério do Órgão Gestor, Parque Estadual da Serra do Mar, Parque Estadual da Ilha Anchieta e Parque Estadual da Ilha Bela); (2) quatro milhões foram destinados às UCs estaduais do Rio de Janeiro (Parque Estadual da Ilhado Tiririca, Parque Estadual da Ilha Grande e REBIO da Praia do Sul); e finalmente, R\$ 30.391.107,74 foram destinados às UCs federais. Esta destinação, no entanto, contrariando os termos da Lei do SNUC foi para o Parque Nacional da Lagoa do Peixe (regularização Fundiária); Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (aquisição de três embarcações); e Parque Nacional das Sempre Vivas, no interior de Minas Gerais. Ressaltou que nenhuma das UCs contempladas é afetada pelo empreendimento em questão. Esta informação provocou indignação entre os presentes e o representante da UERJ (professor Marcos Bastos) relembrou outras situações semelhantes que a ESEC Tamoios sofreu recentemente, a exemplo da destinação dos recursos de Angra 3. Lembrou que este Conselho deliberou por uma Moção, mas que aparentemente foi ignorada pela diretoria do Instituto. Garantiu,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio

ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

como oceanógrafo, que estas UCs beneficiadas não são afetadas pelo Pré-Sal e que é incompreensível beneficiá-las. Lembrou que conseguir recurso para esta UC é complicado, a exemplo do que foi relatado no Relatório de Gestão mais cedo e que nas poucas oportunidades que se tem para internalizar estes recursos, o próprio órgão se posiciona contra. Finalmente, propôs que o Conselho se posicionasse em favor da ESEC Tamoios. O representante da ATSCV (Carlos Pompei) endossou a necessidade do Conselho se posicionar contrário a esta destinação. O representante do CONSIG (Convidado) sugeriu que outras entidades sejam envolvidas neste processo a fim de ampliar o apoio à ESEC Tamoios e às demais UCs afetadas e que foram prejudicadas neste processo. O vereador Luciano Vidal disse que parece que a lei só serve para ferrar a vida do cidadão. Lembrou que participou desde o início desse processo no sentido de garantir que os recursos viessem para as UCs da região (referindo-se à ampliação da área de influência do empreendimento). Sugeriu que se rasgasse logo o SNUC, uma vez que a lei não é cumprida nem pelos órgãos federais e os conselhos das UCs não estão sendo respeitados. Garantiu que levará essa pauta para a Câmara de Vereadores e que iriam ratificar quanto a uma manifestação. Solicitou ao presidente do Conselho o envio de documentos, bem como a apresentação desta reunião, para subsidiar a manifestação da Câmara de Vereadores. O representante do Mosaico Bocaina e Chefe da APA Tamoios questionou como é feita, quais critérios para a destinação dos recursos de compensações federais e lembrou que temos que pensar em uma forma de manifestação eficiente. O Convidado Truda Palazzo concordou que é preciso fazer uma solicitação formal para se entender o mecanismo, os critérios de escolha e as justificativas para a aplicação destes recursos. Concordou com o presidente da Câmara que se deve lutar para que os recursos venham para a região. O Presidente do Conselho esclareceu que já questionou formalmente o ICMBio quanto ao critério utilizado pelo Comitê através de memorando. O CONSIG colocou à disposição profissional especializado em licenciamento ambiental para apoiar nesta demanda do Conselho. O Presidente do ICMBio (Vizentim) ressaltou a democracia, o caráter e representatividade dos conselhos, da sua valorização ao ser criado pelo SNUC, de se valorizar o empodeiramento da sociedade e de sua livre expressão. Com relação à destinação destes recursos, disse tratar-se de uma questão de natureza política e não jurídica. Disse que a legislação estabelece que até30% dos recursos de compensação podem ser destinados para regularização fundiária, independente da localização. Disse ser legítimo o questionamento, que estes recursos já foram destinados, mas que nada impede que recursos de outros empreendimentos sejam reposicionados para aqui, como por exemplo, os recursos da etapa 2. Foi lembrado pelos presentes que este argumento foi o mesmo usado para a questão dos recursos de Angra 3, inclusive sinalizando na época que a ESEC Tamoios teria garantida a compensação do Pré-Sal. Outro presente questionou a justificativa dada pelo presidente, uma vez que a conta não batia, já que o montante destinado à regularização fundiária ultrapassaria muito os trinta por cento. O vereador Vidal comentou que parecia que a ESEC Tamoios não apresentou aos seus diretores planos de execução de recursos. O presidente Vizentim disse que "todo ponto de vista é a vista de um ponto". Carlos (ATSCV) respondeu dizendo que "não se pode descobrir um santo para cobrir outro". O Presidente do Conselho esclareceu ao vereador Vidal e aos presentes que houve encaminhamento de projetos e planos de execução de recursos para Brasília por parte de todas as UCs da CR-8 afetadas. O representante do IED-BIG (Zaganelli) lembrou que os problemas são definidos de forma política e sugeriu que os gestores das UCs atingidas estivessem presentes nestas reuniões que definem os recursos para que sejam efetivamente envolvidos. O convidado Truda Palazzo concordou que esta questão é mais política que jurídica, mas aconselhou ao presidente mais cuidado político para que esta questão não recaia no jurídico. Lembrou de uma questão semelhante



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

ocorrida em São Paulo, que serve como precedente, na qual, por ação movida pelo MPF, a Justiça Federal determinou que os recursos de compensação ambiental devem ser aplicados em áreas afetadas pelo empreendimento. Antecipadamente se desculpando ela sinceridade, ressaltou que esta é a segunda vez que a ESEC Tamoios leva uma rasteira da própria instituição.

Com referência ao TAC de Tarituba, próximo item da pauta, o Presidente do Conselho lembrou todo o processo e o esforço despendido por todos até o momento e pediu que o presidente do ICMBio esclarecesse a plenária do Conselho em que pé está. O presidente iniciou com o ditado "Não dá para tapar o sol com a peneira". Lembrou do desgaste político sofrido pelo vereador, pelo prefeito e pelo chefe da Unidade. Lembrou também os projetos de lei que pretendiam liberar a pesca na ESEC Tamoios e citou nominalmente os deputados Fernando Jordão, Felipe Bournier, Jair Bolsonaro e Luiz Sérgio, lembrando que todos diziam estar falando em nome dos pescadores. Esclareceu que estes PL's jamais vingariam pela sua inconstitucionalidade. Lembrou que havia assumido um compromisso: fazer a revisão dos limites da ESEC Tamoios e da APA Cairuçu, diminuindo os conflitos, garantindo a preservação e permitindo o desenvolvimento sustentável. Em seguida, disse que isto não foi feito. Lembrou que enquanto estivesse sendo desenvolvido este trabalho de revisão dos limites, seria feito um TAC, com interveniência do MPF, para que essa comunidade de Tarituba pudesse pescar no modo tradicional na ESEC. Lembrou que este trabalho foi feito, que todos se reuniram, assinaram, comemoraram. No entanto, disse que a direção do ICMBio errou, que ele errou, pois quando o processo chegou nas instâncias apropriadas, concluiuse que o termo apresentado era: demasiado permissivo, comprometedor para o Instituto e Inviável para assinatura. Disse ter solicitado mais um voto de confiança para poder elaborar uma proposta alternativa, mas que infelizmente não conseguiu trazer a esta reunião a tal proposta. Garantiu que não renunciou ao compromisso de fazer o TAC e que o chefe da Unidade iria semana que vem para Brasília para trabalhar esse TAC e propôs uma reunião extraordinária em trinta dias para apresentar esta nova versão a ser elaborada. O presidente da Colônia Z18/Paraty (Márcio Alvarenga) interrompeu o presidente se dizendo desanimado, que já gastara muito do seu tempo neste trabalho e que os pescadores não devem ser mais multados. O representante da UERJ (Marcos Bastos) disse que o Conselho vem sofrendo uma crise de credibilidade e lembrou que o processo do TAC foi construído com um viés de pesquisa e com o envolvimento da FIPERJ. O representante da APEPAD (Pedrosa) lembrou que depois da assinatura do TAC com Tarituba, outras comunidades também teriam seu TAC com a ESEC. Luciana, convidada e pesquisadora da UNICAMP leu e entregou ao presidente uma Carta de Apoio à assinatura do TAC para autorização da pesca artesanal na ESEC Tamoios, assinada pelo Coordenador SocMon Brasil Dr. Rodrigo Medeiros e pela Coordenadora da Rede Tranformar & CGCommons Dra Cristiana Simão Seixas (em anexo a esta ata). O vereador Vidal lembrou da sua ligação com o setor pesqueiro, reconheceu publicamente a condução e o bom senso do chefe da ESEC na condução de todo o processo, reconheceu a disponibilidade do presidente Vizentim e disse que daria mais um voto de confianca, no entanto garantiu que não deixaria de lutar pela assinatura deste TAC. Lembrando o assunto anterior da destinação dos recursos e este processo do TAC, criticou a atuação do diretor da DIMAN/ICMBio, dizendo que o mesmo faz o que quer, que parece que ele é o dono do ICMBio. O Prefeito de Paraty Casé parabenizou o presidente pela coragem de vir aqui para dizer que não vai assinar o TAC. Ratificou as palavras do Vidal, uma vez que sempre foram bem recebidos pelo presidente do ICMBio. Com relação aos recursos do Pré-Sal, disse serem "dois pesos, duas medidas". Ou é no radicalismo excessivo da lei, ou é um acórdão, no apagar das luzes passa-se por cima da lei, da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

regra, por interesses políticos. Colocou-se à disposição para fortalecer na demanda desses recursos virem para as UCs da região. E em desabafo, disse que Paraty vive uma "ditadura ambiental". Lembrou que os prefeitos antes dele não faziam as coisas e culpavam os órgãos ambientais por isso. Ele teria assumido a prefeitura com outro discurso, mas que estaria capitulando esta postura. Lembrou uma série de eventos que discorda, tais como o ocorrido com a Ilha do Catimbau, com a ETE de Trindade e com os quiosques da Praia do Meio. Disse que entrou com pedido de licença ambiental para construção de três postos de saúde no INEA há três anos e como ainda não recebeu a licença, resolveu construir assim mesmo. Disse que a APA Cairuçu é a UC nesta categoria mais radical do Brasil e pediu para que parassem com este radicalismo verde, babaca. Lembrou o problema que vem tendo para construir a sede da Secretaria do Meio Ambiente vizinho à sede da APA Cairuçu. Disse que o terreno era dele e não do ICMBio. Disse que não eram inimigos, mas poderiam ser e que 60 a 70% da população de Paraty odeia o ICMBio. O convidado Américo, da Ilha Rasa de Paraty, comentou sobre a sua situação, que seus antigos empregados estão virando marginais e também falou que "ou somos amigos, ou somos inimigos". A convidada e mestranda, Ana Carolina (UNICAMP) disse que apesar de sua tese ainda não ter sido publicada, coloca seus dados científicos à disposição. O representante da TRANSPETRO (Maurício) sugeriu que, ao invés do chefe da ESEC Tamoios ir pra Brasília, o correto seria a "caixinha Brasília" vir para cá, pois assim estariam próximos da realidade e compreenderiam melhor a situação. O chefe e representante da APA Cairucu/ICMBio - Eliel) ratificou a sugestão do representante da Transpetro, dizendo ter entendido que existe um locus e que o interessante é trazer este locus para cá. Comentou sobre sua experiência com Acordo de Pesca e acrescentou que a nós manejamos incertezas, que a nós não temos que se preocupar em saber tudo para tomar decisões. O representante da FIPERJ (Tiago) ratificou a sugestão do representante da TRANSPETRO, da APA Cairuçu/ICMBio e também dispôs o trabalho da FIPERJ. Esclareceu que houve um excesso de zelo no TAC submetido e colocou a si e os técnicos da FIPERJ à disposição para ajudar. Propôs que esta "cúpula" de Brasília que vai compor o grupo de trabalho venha para cá resolver esse trabalho, em respeito aos pescadores. O vereador Vidal ratificou a proposta de que estas pessoas de Brasília deveriam vir para trabalhar aqui. O presidente Vizentim disse que sai dali com muitos aprendizados e lembrou que sem Unidades de Conservação de Proteção Integral estaremos comprometendo recursos vitais. Disseque é preciso compreender que há erros históricos, lembrou a necessidade de ordenamento, agradeceu à equipe da ESEC, ao Prefeito, ao Vereador e a todos os presentes e sugeriu ao Presidente do Conselho e Chefe da Unidade que os encaminhamentos fossem em forma de recomendações. Felipe Spina do Mosaico Bocaina convidou a todos para participarem do Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina - Territórios Tradicionais: Diálogos e Caminhos que acontecerá nos próximos dois dias no Quilombo do Campinho, em Paraty. Também entregou Ofício do Mosaico Bocaina referente à Moção de Apoio ao TAC entre pescadores artesanais de Tarituba e a ESEC Tamoios. As 17:50, o presidente do Conselho encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e elogiando a maturidade das propostas.

Assinam esta ata, Adriana Nascimento Gomes e Régis Pinto de Lima.

Adriana Nascimento Gomes Relatora Régis Pinto de Lima Presidente